



CRISE CLIMÁTICA EM MINAS GERAIS

DESAFIOS NA CONVIVÊNCIA COM A SECA E A CHUVA EXTREMA

GRUPO TEMÁTICO: ECONÔMICO-PRODUTIVO

SÍNTESE DA 2ª REUNIÃO – 18 DE ABRIL DE 2024

Comentários e sugestões apresentadas:

- Em relação à Reservação de água, no tema Segurança Hídrica, a legislação deveria ser adaptada para permitir barramento em cursos d'água em APPs para regularização de vazão; já em relação às barraginhas, essas não deveriam ser feitas nas APPs.
- É necessário um aporte maior de recursos para aumentar os pontos de monitoramento de poços tubulares profundos pelo Igam (Projeto Águas do Norte de Minas – PANM), para que se tenha uma noção melhor da água subterrânea disponível.
- Em relação ao item Agricultura de precisão, foi relatado que existe um curso da Epamig sobre o tema, na Escola de Pitangui.
- Foi proposto pensar o apoio a cadeias produtivas de maneira mais ampla e na perspectiva da transversalidade, envolvendo agroecologia, diversas culturas, pecuária, etc., e não apenas para a agroindústria.
- Sobre o uso de lodo das estações de tratamento de esgoto como Bioinsumo (Plano Estadual de Ação Climática), colocou-se que o tema é interessante, mas controverso. Afirmou-se que isso só não deveria ser utilizado para hortaliças, mas tem um potencial enorme para culturas que não estão próximas ao solo e não têm contato direto com a água de irrigação, sendo necessária articulação entre Copasa e Seapa para levantamento das áreas onde a prática seria viável.
- O seguro agrícola ainda é um grande desafio, há muito a avançar, sendo importante incluir a bovinocultura.
- O fortalecimento da assistência técnica é ponto primordial para várias das ações citadas.
- Importância de incentivar as práticas sustentáveis, como a integração lavoura pecuária floresta – ILPF –, o plantio direto, entre outras, que são ações presentes no Plano ABC.
- É fundamental contemplar mais claramente o manejo e conservação do solo, principalmente em áreas produtivas.
- É importante enfrentar o problema da degradação de pastagens, o que contribuiria muito para a infiltração de água no solo. Um estudo da Emater mostrou que 70% das pastagens no Estado têm algum nível de degradação. Nesse sentido, está em construção o Programa Nacional de Conversão Pastagens Degradadas.
- Foi mencionada a aprovação, em 2023, da Política Estadual de Biogás e Biometano, que é um ponto que precisa avançar.
- Sobre o uso de defensivos agrícolas, defendeu-se o incentivo ao uso racional mas não a criação de território livres, porque em algum momento os produtores podem precisar recorrer a eles.
- Relatou-se a retomada da Câmara Técnica e Temática de Seguro e Crédito Rural, vinculada à Seapa, e lembrou-se que o Estado já teve o programa de subvenção ao seguro rural Minas + Seguro (em complemento ao programa federal), que seria uma política pública importante para mitigar danos e disseminar a cultura do seguro rural.
- Fomento para regularização e credenciamento da agroindústria, com informações e orientações para todos os produtores, e não apenas para os da agricultura familiar, em busca de mais empreendimentos registrados como atividade econômica, incrementando a apuração do PIB do agro, com linhas de financiamentos para a estruturação e o desenvolvimento de boas práticas.
- Em relação às compras institucionais, é importante uma disseminação de orientações e informações para todos os produtores rurais, apesar da legislação específica para a agricultura

familiar, e também disseminar orientações sobre a formulação editais de compra, sobre o que já existe um arcabouço legal, para prefeituras, escolas, conselhos de alimentação escolar – CAEs –, assim como para as demais instituições que fazem compras de produtos de agricultura, como forças armadas e o próprio governo do Estado.

- Relatou-se que existe uma ação específica da Epamig sobre o tema Agrovoltáica.
- Em relação à energia fotovoltaica, temos um fomento tributário no Estado para a instalação de infraestrutura de geração, mas existem dificuldades em relação à legislação federal e às redes de distribuição (da Cemig e das outras distribuidoras), com questões de insuficiência de rede e de demora para integração das novas instalações.
- O tema da biomassa é importante, há um grande potencial para diversificação produtiva, pode-se produzir, a partir de resíduos, tanto subprodutos quanto energia para injeção na rede elétrica.
- A Emater possui projeto em seu portfólio com oportunidade para que recursos de qualquer ente ou emenda parlamentar sejam usados para adquirir infraestrutura para produzir e vender a energia, e avalia-se que o problema não são as linhas de distribuição, mas a política de compra da Cemig, que só compra de grandes produtores e não do pequeno que só tem um excedente, ela recebe mas não remunera, sendo preciso combater a “monocultura” na produção de energia.
- Os aportes de recursos na Emater (de emenda parlamentar ou recurso estadual) podem ser direcionados para qualquer região, caso seja tecnicamente viável e, além da geração de energia, pode financiar patrulhas agrícolas, sistemas de abastecimento de água, agroindústrias de pequeno porte, queijarias, etc.
- A Emater realiza há dois anos trabalho relativo ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – junto à SEE em 795 municípios, para cada real do FNDE o Estado coloca dois e houve um salto nas compras institucionais.
- Incentivo à energia renovável para funcionamento de ordenhas mecânicas em propriedades rurais de pequeno porte, elas pois consomem muita energia e se tornam insustentáveis para o produtor.
- Foi sugerido acrescentar compras de produtos lácteos e carnes no Pnae, e aumentar o tamanho da terra para o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF – pois em MG as áreas são maiores e não maquinadas devido às montanhas.
- Disseminação de informações e orientação para o correto cadastramento para comercialização de energia, pois a injeção na rede teria que trazer direito a crédito.
- Há sim um problema grande de infraestrutura elétrica nas áreas rurais, temos cinco distribuidoras no Estado e grandes diferenças relacionadas ao relevo e à disposição das redes, cuja melhoria é fundamental.
- Quando se fala em universalização em energia, trata-se da instalação do primeiro ponto, com estrutura e suporte mínimos, mas, com as necessidades atuais da área rural, se faz necessária uma mudança de parâmetros e critérios.
- Ampliação para os fins de semana e feriados, por meio de projeto de lei estadual, do benefício tarifário previsto na legislação do setor elétrico entre 21h30 e 6h para produtores que fazem irrigação e aquicultura, uma vez que é facultado aos estados a ampliação em até 40 horas semanais.
- Há grandes problemas de fornecimento de energia no noroeste de Minas, onde estão a primeira e a segunda cidade que mais irrigam no Brasil por aspersão.
- Ampliação do projeto do Idene de energização de poços com instalações de kits fotovoltaicos em regiões do Norte e Nordeste de Minas, tendo em vista que a Cemig não atende as solicitações dos moradores de regiões rurais para energizar os poços.
- Em relação ao item Inovação, é importante o fomento da pesquisa via demanda induzida para vários temas importantes, como: estresses hídrico e térmico afetando os problemas fitossanitários, intensificados pelas mudanças climáticas; adaptação dos sistemas de produção agropecuária no cenário provocado pelas mudanças climáticas; integração lavoura pecuária floresta – ILPF; práticas agrícolas adaptativas (culturas e variedades resistentes aos estresses causados pela

mudança climática, manejos culturais); e desenvolvimento de tecnologias e técnicas agrícolas mais sustentáveis.

- Capacitação dos operadores para construção e manutenção das estradas vicinais e rurais de maneira adequada, para durabilidade e para evitar erosão e assoreamento.
- (Chat) Deveria ser proibido patroleiro de prefeitura atuar sem curso de estrada ecológica.
- (Chat) Houve convite ao IEF para dar palestras sobre patrolamento e manilhamento adequado das estradas, mas houve dificuldades para a participação dos patroleiros municipais.
- Criação de estratégias para que o crédito de carbono chegue nos pequenos e médios, talvez agrupando vários produtores. Se esses produtores, além das APPs já exigidas em lei, conseguirem também receber créditos de carbono por ILPF, produção de biogás, tratamento de afluentes, uso de agricultura regenerativa e diminuição de insumos hidrogenados, teremos de fato muitos benefícios.
- Ação emergencial de curto prazo da ALMG para capacitação dos gestores municipais a serem eleitos em outubro para lidar com as chuvas de janeiro, com orientações sobre decretos de calamidade e de emergência e sobre outras formas de buscar recursos.
- Potencialização, com apoio da ALMG, do projeto do Corpo de Bombeiros Militar que oferece convênio com as prefeituras de cidades de até 30 mil para a formação de brigadas municipais, fundamentais tanto em relação às chuvas quanto às secas.
- Participação da ALMG, com sua capilaridade e força de comunicação, na Campanha SOS Chuvas em 2025; relatou-se que, em 2024, participam o Serviço Social Autônomo – Servas, a Cruz Vermelha Brasileira – Minas Gerais, a Sedese, o Ministério Público de Minas Gerais e a Defesa Civil Estadual.
- Normatização, por meio de projeto de lei e de portarias do Corpo de Bombeiros, do sistema Proteção de Descargas Atmosféricas – SPDA –, com a instalação de para-raios, e incentivo a novas tecnologias para detecção de raios.
- Fomento e destinação de recursos para ações de pesquisa e desenvolvimento – P&D – para estações meteorológicas, junto à Copasa, às universidades, à base do Idene, à Epamig, etc., em busca de previsões mais apuradas em benefício da agropecuária e do desenvolvimento, no sentido da adaptação.
- Defesa da manutenção dos municípios mineiros na área da Sudene, para o que é necessário que o Idene tenha dados atualizados sobre a região.
- Desburocratização do crédito de investimento e custeio (capital de giro) para cooperativas de pequeno porte, principalmente nos estágios iniciais de funcionamento, pois são a principal forma de inserir a produção no mercado varejista. A pequena movimentação financeira e a falta de comprovação de patrimônio são dificultadores para a obtenção do crédito nesse estágio inicial.

Próxima reunião:

2 de abril, quinta-feira, 14 horas